

Responsabilidade Civil Extra contratual do Estado — 2009.  
Gestão de Recursos Humanos (CIFAG) — 1982.  
Análise de Projetos Industriais (CIFAG) — 1979;  
Curso Integrado de Gestão do CIFAG — 1978.  
Trabalhos Publicados:

*Sumários desenvolvidos de Direito Económico* (FDL) — 1976;  
(em colaboração)  
*A natureza jurídica e o impacto económico das taxas cobradas pela JNPP* — 1986;  
*Constitucionalidade das taxas cobradas pelo IROMA* — 1994;

Experiência Profissional:

Desde junho de 2005:

Auditoria/Núcleo de Contencioso da Secretaria-Geral do ex-MADRP:

Técnico Superior com funções de:

Contencioso: Representação do MADRP junto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (AAE, AAC, PC, Intimações);

Apoio aos Gabinetes dos membros do Governo e aos serviços, através da elaboração de pareceres e informações.

De março de 2003 a junho de 2005 — Instituto da Vinha e do Vinho — Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

De junho de 2001 a março de 2003 — Auditoria Jurídica — Consultor Jurídico:

Funções: Apoio aos Gabinetes através da elaboração de pareceres, informações, respostas a recursos, preparação de alegações.

De maio de 1997 a junho de 2001 — Instituto da Vinha e do Vinho — Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

De junho de 2000 a junho de 2001 — Instituto de Reinserção Social — Consultor Jurídico.

De junho de 1991 a junho de 2000 — Instituto Regulador e Orientador de Mercados Agrícolas — Consultor Jurídico.

De fevereiro de 1990 a junho de 2001 — Secretaria Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais de Macau — Assessor da secretária Adjunta

De junho de 1987 a fevereiro de 1990 — Instituto de Ação Social de Macau.

Entre novembro de 1988 e fevereiro de 1990:

Adjunto do Chefe de Departamento de Estudos e Planeamento;  
Assessoria jurídica à área de pessoal;  
Chefe do Setor de Administração Imobiliária (equivalente a Chefe de Divisão).

Entre junho de 1987 e novembro de 1988 — Consultor Jurídico.

De junho de 1983 a junho de 1987 — Junta Nacional dos Produtos Pecuários — Consultor Jurídico.

De outubro de 1982 a junho de 1983 — Universidade Livre — Assistente de Gestão Financeira e Análise de Projetos.

De outubro de 1977 a 1983 — GEAL — Soc. Congelamento de Produtos Alimentares L.ª:

Funções — Gerente, com funções na área de pessoal e financeira e de grandes clientes.

De outubro de 1975 a 1977 — Faculdade de Direito da Un. de Lisboa:

Funções: Monitor de Direito Económico.

Entre 1967 e 1975 — Pathé Cinema, L.ª:

Funções: Escriturário e ajudante de guarda-livros.

### **Nota curricular de Nuno Miguel Fontinhas Tomé**

Dados Pessoais:

Nome: Nuno Miguel Fontinhas Tomé.

Habilitações académicas e formação complementar:

Licenciatura em Economia — Universidade Lusíada de Lisboa;  
Membro da Ordem dos Economistas;  
Frequência de diversos cursos de formação profissional na área de contabilidade e gestão, nomeadamente:

POCP — Avançado;  
Contabilidade Pública;  
Gestão do Património;  
Gestão por objetivos — Balanced Scorecard no Setor Público;

Gestão de Tesouraria e Fundo de Maneyo.

Experiência profissional:

Março de 2012 — Designado Chefe de Equipa Multidisciplinar na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Novembro de 2006 — Responsável pela implementação na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do sistema informático de controlo financeiro e orçamental — BRIO;

Fevereiro de 2005 — Técnico Superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Outubro de 2002 — Exerceu funções de Controlador Financeiro em lugar de quadro no Hospital de Santa Cruz.

206252977

## **Gabinete de Planeamento e Políticas**

### **Aviso n.º 9859/2012**

#### **Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi autorizada, ao abrigo do disposto no artigo n.º 64 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria, em lugar do mapa de pessoal do Gabinete de Planeamento e Políticas, do trabalhador Américo José Costa Pinto, com a categoria de assistente técnico, na posição 11.ª e nível remuneratório 16, com efeitos a 4 de julho de 2012.

13 de julho de 2012. — O Diretor de Serviços de Administração, Avaliação e Orçamento, *Oswaldo Manuel dos Santos Ferreira*.

206252774

## **MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

Gabinetes dos Secretários de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ensino e da Administração Escolar.

### **Despacho n.º 9845/2012**

A Câmara Municipal de Anadia, na qualidade de proprietária e gestora, pretende construir o Centro Escolar de Sangalhos, tendo solicitado para o efeito o abate de 25 sobreiros adultos e 88 jovens, em cerca de 0,59 ha de povoamento daquela espécie, situados no concelho de Anadia, freguesia de Sangalhos.

Considerando o relevante interesse público, económico e social do empreendimento, bem como a sua sustentabilidade, uma vez que se trata de um equipamento previsto na Carta Educativa do município, permitindo uma otimização funcional dos diversos equipamentos coletivos existentes;

Considerando a inexistência de alternativas válidas à localização do equipamento, sendo que a escolhida é a que apresenta melhores condições sob o ponto de vista técnico e económico, de acordo com as infraestruturas urbanísticas e acessibilidades existentes;

Considerando que a sua construção foi objeto de parecer favorável da Direção Regional de Educação do Centro, homologado ministerialmente em 7 de fevereiro de 2008;

Considerando que o empreendimento não está sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, AIA, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 2 de janeiro;

Considerando que a Assembleia Municipal de Anadia, na sua sessão extraordinária de 22 de outubro de 2010, aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de construção do Centro Escolar de Sangalhos;